



Roberto Stuckert-Filho

# PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E INTOLERÂNCIA

Além de ser vítima de machismo, a candidata Dilma Rousseff, durante a campanha, foi confrontada pelo que há de mais persecutório e conservador na sociedade brasileira: a intolerância sexista e religiosa

**Nilcéa Freire, Lourdes Bandeira e Hildete Pereira de Melo**

**A** partir da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2007, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM) definiu como uma de suas prioridades a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. De lá para cá, a SPM vem trabalhando em duas vertentes principais: a viabilização de condições mais favoráveis à participação política das mulheres, com intervenções no Congresso Nacional, financiamento a programas de capacitação política, campanhas de estímulo à participação e ao voto em mulheres nos processos eleitorais de 2008 e 2010 e o fomento à reflexão sobre a inclusão das mulheres brasileiras no campo da

política formal. Tais vertentes visam ampliar a compreensão relativa ao aparente paradoxo que se assenta no fato de que é justamente no país que ostenta o movimento feminista e de mulheres mais vigoroso da América Latina que se têm as menores taxas de participação feminina no Parlamento e no Executivo nacional.

O pleito de 2010, com duas candidatas mulheres à Presidência da República, exigia de nós uma atenção especial. Apresentava a oportunidade de quebrar o mito da exclusividade da presença masculina na eleição presidencial, com a possibilidade de uma mulher sair vitoriosa, mas também a oportunidade de documentar todo esse processo para análise posterior. Foi assim que a SPM lançou, no primeiro

semestre de 2010, um edital nacional dirigido a pesquisadores/as para a realização de uma investigação relativa a todo o período das campanhas eleitorais majoritárias e proporcionais. O objetivo desse edital era acompanhar prioritariamente os seguintes aspectos: a percepção da sociedade brasileira sobre as candidaturas femininas, o tratamento dado pela mídia a essas candidaturas e aos temas tidos como de interesse das mulheres e o próprio desempenho das candidatas durante a campanha. No processo seletivo disposto no edital, foi vencedor o Consórcio Bertha Lutz, que reuniu um conjunto amplo de pesquisadores/as de diferentes universidades brasileiras, institutos de pesquisa e organizações não governamentais. Os resultados dessa investigação estão sendo analisados e serão apresentados em seminário já programado para março de 2011. Os dados apurados serão de inestimável valor para todas e todos que quiserem entender o que ocorreu nas eleições de 2010 com relação às candidaturas femininas. Além disso, possibilitarão a compreensão dos temas que emergiram durante a campanha, tais como o aborto, a união civil entre pessoas do mesmo sexo e outros inseridos no campo dos “valores” e da “moral”, principalmente ao final do primeiro turno e início do segundo, como um vulcão ameaçador ao pensamento democrático e libertário de parcela significativa da sociedade brasileira.

Enquanto os dados “objetivos” não chegam, arriscamos neste artigo discutir o conteúdo conservador introduzido no debate eleitoral, pela campanha adversária, neste processo que, felizmente para o Brasil, terminou com a vitória de Dilma Rousseff.

Desde o início da campanha eleitoral, tendo pela primeira vez uma

candidata feminina com reais chances de vitória, Dilma foi tratada com descrença quanto a seu preparo para a campanha, depois com desconfiança acerca de suas capacidades e, por fim, com tentativas quase desesperadas de desqualificação moral. Assim, na virada do primeiro para o segundo turno, a possibilidade de vitória de Dilma fez aflorar na arena política a misoginia dominante, presente sobretudo nos espaços formais da política nacional. Entre nós, os avanços vividos pela condição feminina no mundo do trabalho e nas esferas doméstico-familiar não se reproduzem e não se deslocaram para a arena da política. Somos poucas nos espaços de poder, sendo a nossa baixa representatividade causa e consequência dos obstáculos que se interpõem em nosso caminho para a igualdade. Isso se deve, certamente, como bem evidenciado nas últimas eleições, à intolerância à presença feminina, baseada no preconceito que ainda discrimina

as mulheres no espaço público, mais especificamente na luta política.

### Por que a intolerância discrimina?

As manifestações de intolerância e de discriminação se fizeram sentir a partir do momento em que questões relativas à condição feminina foram introduzidas no debate político com cunho moral e hostil ao controle da reprodução humana. Tais manifestações de intolerância desmembram-se e visibilizam outras formas comuns de ações de controle social, tais como sexismo, racismo, homofobia, intolerância religiosa, por idade ou nacionalidade, além da intolerância política. Todavia, não se limitam a essas formas: alguém pode ser intolerante a quaisquer ideias e pensamentos de qualquer pessoa. Esse foi o cenário caracterizado no processo eleitoral, transmitido e vivenciado cotidianamente pelos/as eleitores/as brasileiros/as.

César Ogata



A candidata Dilma Rousseff e o candidato José Serra, ambos seguramente não religiosos, pelo menos no sentido tradicional do termo, e com longa trajetória na defesa dos direitos humanos, foram confrontados pelo que há de mais persecutório e conservador na sociedade – a intolerância religiosa e sexista. Tal intolerância se caracteriza pela falta de habilidade e pela ausência de vontade em reconhecer e respeitar as diferenças em relação às crenças e opiniões alheias. Dada a oportunidade, a candidatura masculina não resistiu a esse apelo fácil e maniqueísta de trazer à baila, no debate eleitoral, a questão dos direitos reprodutivos – centrando-o no aborto.

Por que a *acusação* de que a candidata Dilma defendia a descriminalização do aborto tomou conta da propaganda eleitoral e da *web* de assalto? Diante do desespero de uma possível derrota para uma mulher, a apelação ao mais sórdido e mesquinho se fez

presente na campanha a partir das declarações de Mônica Serra, mulher do candidato José Serra (*Estado de S. Paulo*, 14/9/2010), na tentativa de convencer um eleitor na cidade de Nova Iguaçu (RJ) a votar no marido: “Ela é a favor de matar criancinhas”.

É evidente que essa frase, dita pela mulher do candidato adversário, não se deve apenas à queda do candidato do PSDB, indicada pelas pesquisas que já apontavam para uma derrota. Deve-se sobretudo à onda antiaborto que se instalou em setores da sociedade para minar e varrer do terreno político a possibilidade de eleição de uma mulher conectada com os direitos das mulheres. Além disso, deve-se ao pressuposto acusatório de que, como é atribuída às mulheres a responsabilidade pela reprodução da vida, essa acusação colocava uma agenda negativa para a candidata adversária. A preservação do princípio constitucional do Estado laico e da liberdade religiosa, como direito fundamental, foi aviltada por parte significativa dos bispos e padres da Igreja Católica Apostólica Romana e das Igrejas Evangélicas.

A afirmação perversa de que Dilma defendia o “assassinato de criancinhas” foi uma forma cruel de pôr em discussão as reais implicações enfrentadas pelas mulheres frente a uma gravidez indesejada. E, lamentavelmente, a questão foi debatida pelo ângulo mais retrógrado e inquisitorial da sociedade, pelo lado do crime e do pecado. Indo em sentido contrário à própria responsabilidade do Estado frente a essa questão, uma vez que a Constituição de 1988 e a Lei nº. 9.253/1996 estabelecem que o planejamento familiar é um direito das pessoas e cabe ao Estado fornecer as informações e os meios para o controle voluntário da fecundidade.

Nesse debate enviesado e equivocado foi estabelecida uma forte ligação entre religião e Estado, tendo como epicentro a questão da descriminalização do aborto e no fundo o controle secular sobre o corpo feminino.

No cotidiano da campanha eleitoral, a intolerância manifestou-se por meio de argumentações raivosas, que menosprezavam a candidata adversária em função de seus pontos de vista e, nos momentos mais extremos, chegando à violência e agressão verbal entre militantes.

A história é pródiga em exemplos de manifestações de intolerância política, sendo que o registro mais extremado se traduz na barbárie do Holocausto. O colonialismo, que foi baseado, em parte, na falta de tolerância dos colonizadores para com as culturas diferentes daquela da metrópole, deixou como heranças a hostilidade e a intolerância, que ainda se manifestam, por meio de grande parte das elites políticas, em relação aos segmentos diferenciados presentes no processo político – as mulheres e os/as negros/as.

Não se pode esquecer que os direitos humanos foram construídos lentamente ao longo da história da humanidade. A luta social das mulheres contra a intolerância foi o que permitiu colocar a cidadania feminina nesse processo. Todavia, esses direitos chegaram de forma tardia às mulheres, apenas nas últimas décadas do século 20. A Declaração de Viena (1993), subscrita por 171 Estados, reiterou a concepção de que são igualmente humanos os direitos das mulheres, as quais não estavam nominadas ou subsumidas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Por sua vez, em 1994, a Conferência Internacional sobre População e Desenvol-

***No debate enviesado e equivocado foi estabelecida uma forte ligação entre religião e Estado, tendo como epicentro a questão da descriminalização do aborto e no fundo o controle secular sobre o corpo feminino***

vimento, realizada na cidade do Cairo, definiu um marco para essas conquistas, pois 184 Estados reconheceram os direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos. E, consolidando essa vitória, a concepção foi reiterada pela Plataforma de Ação de Beijing de 1995, que consagra os direitos civis, políticos, econômicos,

sociais e culturais de homens e mulheres. Tais recomendações dos organismos internacionais fortaleceram a cidadania feminina e trouxeram as questões da sexualidade e da reprodução para o centro do debate das sociedades do planeta. Vale lembrar que todos esses acordos foram ratificados pelo Estado brasileiro.

### O destaque da mídia e a intolerância religiosa e sexista

Desde os anos 1970 a luta das mulheres no mundo e no Brasil continua tendo como uma de suas principais consignas a máxima: *nosso corpo nos pertence*, numa dialética contrária aos dogmas religiosos hegemônicos na sociedade. Essa luta persistente se manifestou na campanha eleitoral de forma midiática, representada pela contundência das manifestações religiosas de controle sobre o corpo feminino ao centralizar-se na questão do aborto. O corpo feminino tornou-se moeda de troca, como se fosse um território de disputa política, baseado na equação perversa do tipo: ser contra o aborto = ganhar a eleição: ser a favor do aborto = perder a eleição.



César Ogata

biológico que naturaliza as questões sociais de direito e contrapõe-se ao determinismo econômico que define a autonomia da mulher pela sua condição econômica. Opera dessa forma uma separação binária entre a esfera da produção e da reprodução.

Portanto, esse processo eleitoral nos deixou algumas

A questão do aborto foi assim, insistentemente, objeto de manipulação midiática por setores conservadores das Igrejas, com o claro intuito de atingir negativamente a candidatura Dilma, e ao ser imposta aos candidatos jogou para fora do debate temas relevantes e caros às mulheres, como saúde, educação, transporte, moradia, entre outros. Exigiu-se da população um posicionamento moral frente a uma campanha política.

A máxima – *nosso corpo nos pertence* – é alvo de rejeição porque fundamentalmente expressa o desejo de autonomia das mulheres, de ter direitos e de poder exercê-los sem o controle dos homens ou de sua família, do Estado ou das instituições religiosas. Tal afirmação recobre as discussões sobre a imposição de padrões de beleza, de normas na sexualidade e na reprodução. É extensiva ao questionamento das visões morais, religiosas e culturais, intolerantes e limitadoras das possibilidades de plena expansão e expressão da condição de ser mulher.

Ainda, a máxima *nosso corpo nos pertence* contraria o determinismo

lições: evidenciaram-se o conservadorismo e a intolerância da sociedade brasileira em relação aos temas que dizem respeito à agenda das mulheres e à autonomia sobre o próprio corpo; a participação das mulheres nas eleições para a Presidência da República representa uma ruptura com a hegemonia masculina no campo da atuação política, como bem demonstrado pelos debates; e, por fim, a apelação a questões morais e religiosas que se situam na esfera do foro privado foram equivocadamente deslocadas para o espaço público. Esse contexto do debate político nos informa da imensa necessidade de cada vez mais ampliar e fortalecer as políticas públicas de promoção da igualdade entre homens e mulheres na sociedade brasileira. ✪

**Nilcéa Freire** é ministra de Estado da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) 2004-2010, professora e ex-reitora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

**Lourdes Bandeira** é subsecretária de Planejamento e Gestão da SPM, e professora titular da Universidade de Brasília (UnB)

**Hildete Pereira de Melo** é coordenadora geral de Programas e Ações da Educação da SPM, professora Associada da UFF e editora da revista *Gênero* (UFF)